Sobre os rumos do sistema educacional brasileiro

José Carlos Pereira *

1. O problema; 2. Os fins gerais da educação; 3. Os objetivos formais da educação no Brasil; 4. O que foi feito e seu questionamento; 5. A racionalidade dos meios utilizados; 6. Excessiva valorização da educação formal; 7. Deficiências resultantes; 8. Conclusões.

1. O PROBLEMA

Os resultados de exames vestibulares realizados por organizações oficiais levantam duas questões cruciais, pelo menos a respeito dos rumos do sistema educacional brasileiro: a) se estamos diante da falência do ensino formal; b) se o processo de democratização do mesmo alcançou seus objetivos. É que aqueles exames, supondo que eles realmente estão medindo o que pretendem, têm continuado a revelar que apenas uma minoria de candidatos possui os conhecimentos indispensáveis à realização, com aproveitamento, de um curso superior. Como ambas as questões que propomos estão intimamente entrelaçadas, vamos tentar examiná-las em conjunto.

Elas são difíceis de ser objetivamente discutidas por estarem eivadas de conteúdo ideológico. É que a mesma realidade, neste caso, pode ser vista de perspectivas diversas, donde poderem parecer contraditórios os resultados alcançados, dependendo dos interesses e posições de quem a examina. A educação, seus fins e meios, se prestam a isso à maravilha: para uns, pouco representa, para um verdadeiro processo de democratização de ensino, o simples comparecimento à escola formal, a aprovação quase automática e a concessão indiscriminada de diplomas, enquanto para outros,

* Ex-professor de sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, atualmente prestando colaboração ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da mesma Universidade.

a citada democratização implica que todos têm direito irrestrito à escola, à aprovação com um mínimo de exigências, até à conclusão de um curso superior, independentemente, ou quase, de qualificações intelectuais, vocacionais, éticas etc. Para os primeiros, sua posição pode parecer simples bom senso e, a segunda, exemplo de demagogia. Para os segundos, a primeira posição poderia parecer elitista e conservadora. Diante de perspectivas tão díspares, quem se aventura à discussão do problema corre um risco. Esperemos que, em nosso caso, calculado.

2. Os fins gerais da educação

Em todas as partes, os fins de um sistema educacional estão orientados por valores éticos, culturais, sociais, políticos, econômicos etc. O que precisamos saber com clareza é quais são, sendo dispensável discuti-los, porque todos os fins são valorativos e se lhes contrapomos outros, igualmente estamos baseados em valores. Normalmente, os fins da educação são muito gerais, refletindo os ideais da sociedade e da cultura. Racionalmente, o que se exige é que não sejam mutuamente exclusivos, combinando-se entre si de algum modo, embora isto não queira dizer que não possam ser algo conflitantes. Estabelecem-se fins mais restritos para cada grau de ensino, para que possam ser concretamente implementados, distribuindo-se e coordenando-se os recursos materiais e humanos visando atingi-los.

Os fins mais gerais são freqüentemente tão elevados que estão acima dos meios disponíveis para alcançá-los. Constituem como que um padrão ideal, que a sociedade e a cultura estabelecem. Por outro lado, os fins mais restritos têm de ser estabelecidos em função dos meios existentes. A coordenação e combinação de uns e outros é uma questão política. Assim, dentre a multiplicidade de objetivos e de meio, determinar-se-á quais tarefas podem e devem ser cumpridas prioritariamente. Perguntar-se-á se aqueles são tecnicamente viáveis, socialmente úteis, culturalmente aceitáveis, economicamente produtivos etc. Dependendo das respostas obtidas, os dirigentes políticos da sociedade, especialmente do setor educacional, destinam os recursos necessários à consecução dos fins tidos como prioritários ou mesmo procedem de modo a aumen-

tar esses recursos, desde que o alcance desses fins se lhes afigure altamente compensador para a sociedade, a economia, a cultura, o sistema político etc. Neste ponto, a conexão entre meios e fins não é meramente formal, tendo que levar em conta a realidade histórico-social concreta, com todos os seus defeitos e virtudes.

Sem apreciar as questões colocadas (que poderiam ser sintetizadas em perguntas do tipo: que homem desejamos formar, para que, com quais recursos, visando qual realidade?), um sistema educacional corre o risco de cair no vazio. Não se exige que as respostas sejam rígidas, sendo desejável, inclusive, certa dose de plasticidade e flexibilidade, dadas as transformações mais ou menos rápidas por que passa a realidade social. Em outras palavras, quando pensamos num sistema educacional, precisamos definir o valor, papel e objetivos que lhe atribuímos para, em seguida, criar os instrumentos de várias ordens, materiais e humanos, que hão de alcançá-los. Isto em abstrato.

3. Os objetivos formais da educação no Brasil

Considerando o problema concretamente, no caso o sistema educacional brasileiro, verificamos que a legislação em vigor assinala elevados objetivos ao mesmo, sendo altamente democrática. Assim, a Lei n.º 4.024/61, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, estabelece em seu art. 1.º: "A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer pre-

conceitos de classe ou de raça." No Título II, "Do direito à educação", estatui que a educação é direito de todos, obrigando o Estado a "fornecer recursos indispensáveis para que a família, e na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos".

Os objetivos mais restritos, para o 1.º e o 2.º graus, encontram-se especificamente na Lei n.º 5.692/71, que determina em seu art. 1.º: "O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania." Quanto ao ensino superior, a Lei n.º 5.540/68 preceitua, também em seu art. 1.º: "O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário." Como objetivos formais e legais, entendemos que são bastante adequados à democratização do ensino. Inclusive não os discutimos pelas razões invocadas atrás quanto ao aspecto valorativo dos fins. Simplesmente aceitamo-los como ponto de partida para o exame do tema.

4. O QUE FOI FEITO E SEU QUESTIONAMENTO

Para atingir os objetivos propostos, é evidente que seria necessário a ampliação do número de escolas e professores. Nesta questão não podemos nem devemos subestimar os inegáveis avanços quanto ao número de alunos atendidos pela rede educacional, nem a grande diferenciação do sistema em relação a um passado recente. Foi louvável a intervenção do Estado, ainda que a ampliação e diversificação da rede tenha ocorrido desigualmente pelas várias regiões brasileiras, havendo grande concentração de escolas, cursos, professores e alunos no Sul e Sudeste do País e muito menos nas demais regiões.

O que se questiona, porém, é se a mera expansão quantitativa caracteriza um processo de democratização do ensino; se as exigências educacionais de nossa sociedade e economia foram e estão

sendo qualitativamente satisfeitas; se o simples aumento de matrícula, em todos os graus e em todas as regiões, ainda que desigualmente nestas, cumprem os objetivos estabelecidos na legislação citada. Será que essa mera expansão quantitativa significa automaticamente vitalidade do sistema, e indica que as insuficiências anteriores foram corrigidas? Atingimos a sonhada democratização? Somos de parecer que não. Uma das razões para a negativa é que se nos afigura que este processo não necessariamente deva conduzir a uma excessiva (e visível hoje) retração de nível, a qual prejudica os mais aptos sem beneficiar realmente aqueles que o são menos. Por meio dessa via poderemos, inclusive, num possível futuro perfeitamente viável reintroduzir com mais força fatores extra-educacionais, ficando a educação de alto nível restrita aos que puderem ter acesso à rede particular de ensino, muito mais diferenciada sob este aspecto (e que, supomos, tenderá a sê-lo cada vez mais) do que a oficial. Neste caso, os menos aquinhoados economicamente e os menos aptos intelectualmente teriam que dirigir-se às escolas oficiais que afrouxaram, talvez em demasia, seus critérios de recrutamento, seleção e promoção, e às escolas particulares que apresentam tais características no mais alto grau.

Para atender aos objetivos propostos de democratização, espera-se também de um sistema educacional, criativamente transformador, qualidade e profundidade. E isto não pode ser conseguido se se transforma em normal a pobreza de conhecimentos substanciais por parte tanto do corpo discente como do docente. De fato, uma rápida expansão da rede obriga quase sempre ao aproveitamento excessivo de professores com horizonte intelectual limitado. Disposição para mudar, no sentido apontado, não se consegue através de improvisações que se eternizam, pois são inimigas de um ensino eficiente; não significa a manutenção, na rede oficial e, especialmente, na particular, de escolas com um número de alunos superior à sua capacidade física que, em tais condições, só podem oferecer um ensino aviltado. Sobretudo no ensino superior, tais escolas mantêm um simulacro de eqüidade na distribuição de oportunidades educacionais.

O esforço para diminuir sensivelmente os fatores socioeconômicos que operavam no sentido de impedir o acesso à educação formal

da maioria desprivilegiada implica um esforço paralelo para impedir a tendência inevitável de rebaixamento do nível de ensino, uma vez que este ensino se transforma facilmente em fonte de estagnação, dada sua ineficácia. Se num determinado momento histórico pressões sociais válidas atuaram no sentido de ampliar o número de escolas, alunos e professores, solapando o sistema anterior, por demais acanhado e limitante, isto não significa que o ensino não devesse continuar seletivo. Democratização, fundamentalmente, tal como a entendemos, consiste em lutar para que os fatores não-educacionais mencionados influam tão pouco quanto possível, dentro das condições concretas com que nos defrontamos, no recrutamento daqueles que poderiam prosseguir proveitosamente em seus estudos.

O aumento desmedido de alunos em áreas onde uma seletividade mais rigorosa se faz necessária talvez tenha tornado, hoje, o ensino tão obsoleto, pré-científico e socialmente conservador como quando, em 1960, o Prof. Florestan Fernandes, ao fazer um "Balanço da situação atual do ensino primário, médio e superior", [1] concluía que algumas das deficiências mais flagrantes do mesmo se referiam "aos critérios extra-educacionais de atribuição de oportunidades educacionais, que impedem o peneiramento com base em aptidões demonstráveis ou verificáveis, paradoxalmente mesmo nas camadas e círculos sociais privilegiados a esse respeito, e convertem as promoções sucessivas em matéria ocasional e incontrolável, com prejuízo para a coletividade por causa do subaproveitamento dos fatores educacionais e do desperdício inevitável de aptidões humanas"; igualmente chamava a atenção para sua qualidade, em todos os níveis de instrução que, entendia, precisava "ser aferida através de critérios objetivos, impessoais e invariáveis".

O processo, tal como conduzido, valorizou um aspecto subalterno, da questão. Simultaneamente com o aumento da quantidade, outras medidas seriam necessárias para que realmente se desenvolvessem as potencialidades do educando, proporcionando-lhe condições para auto-realizar-se, qualificar-se para o trabalho e preparar-se para o exercício consciente da cidadania. A proliferação de "cursinhos" desmente a consecução dos fins que a própria

[1] Trabalho posteriormente transcrito no livro *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus/Editora da USP, 1966. p. 41.

legislação estabeleceu para a educação sistemática. Transferir o problema dos chamados excedentes para níveis cada vez mais altos do ensino, até a pós-graduação, não é resolver problema algum. Em primeiro lugar, seria conveniente verificar se de fato há excedentes, ou seja, pessoas com todas as qualificações necessárias (não só intelectuais) para freqüentar determinados cursos e que não o estejam por falta de vagas. Se isto não estiver ocorrendo, o que se está cometendo é um desperdício para a sociedade, a economia e para os próprios alunos, pois o próprio ensino gratuito tem um alto custo para os mesmos (os salários não recebidos durante o curso). Além do mais, essa técnica de protelar soluções tem como efeito negativo aquilo que se pretendia evitar, ou seja, a interferência de fatores extra-educacionais, pois dentro em breve em algumas áreas, só encontrarão trabalho e remuneração condignos pessoas que tenham concluído cursos de pós-graduação. Ora, normalmente, para se realizar uma pós-graduação que exija tempo integral, é necessário ter recursos econômicos de certa monta.

Estas imperfeições, deficiências e anomalias não desejadas têm sua origem, em boa parte, no fato de que a democratização do ensino se baseou em falsas premissas. Em primeiro lugar, de que bastava criar escolas em grande número; em segundo, por supor que, oferecendo oportunidades iguais de acesso à educação formal, se limitariam expressivamente desigualdades intrínsecas à nossa sociedade; em terceiro, porque as escolas criadas da forma assinalada não são capazes de produzir um sistema educacional criador, fornecedor de conhecimentos, habilidades, valores e técnicas exigidos por nossa sociedade; em quarto, porque a ciência e a tecnologia não surgem sem que se disponha dos recursos materiais e humanos de que somos carentes. A intervenção visando a democratização do sistema acabou, em certos pontos, não só mantendo, como até ampliando as inconsistências anteriores.

5. A racionalidade dos meios utilizados

Em termos mais gerais, é discutível que os meios que estão sendo utilizados e as medidas que estão sendo postas em prática estejam levando à consecução dos fins propostos pela legislação para a

educação nacional. Em primeiro lugar, duvidamos que, de fato, seja adequado o elenco de disciplinas que os legisladores sobre assuntos educacionais propuseram como indispensáveis ao conseguimento daqueles objetivos. Em segundo, mesmo que essas disciplinas sejam realmente necessárias, é incerto que os professores disponíveis estejam em condições de ministrá-las em função desses fins. Em terceiro, o problema se agrava porque dificilmente um corpo docente mais ou menos improvisado como o nosso está suficientemente consciente desses objetivos e do que dele se espera para alcançá-los. Em quarto lugar, os recursos materiais postos à disposição do sistema educacional, sobretudo em algumas regiões brasileiras, são insuficientes. Em quinto, porque é complexa a tarefa de mensurar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos; com raras exceções, nosso sistema educacional não se autoavalia tendo em conta seus próprios objetivos máximos, procurando a solução mais fácil de medir a aquisição de conhecimentos (por parte dos alunos) que digam respeito a cada uma das disciplinas em particular de que se compõe o currículo; devemos reconhecer ser extremamente difícil criar (e até difundir) técnicas que capacitem o professorado a avaliar o atingimento dos objetivos gerais do sistema. Em sexto, e particularizando a questão anterior, é improvável que se consiga chegar a um acordo quanto ao que significa auto-realização do educando e, conseqüentemente, como avaliá-la adequadamente, sobretudo porque a auto-realização não é um problema apenas de aprendizagem e assimilação de certos conhecimentos e habilidades. Ela pode ocorrer com um mínimo de educação formal, de modo que a insistência, às vezes excessiva, nesse tipo de educação e na obtenção de um título, em vez de levar à auto-realização pode, ao contrário, produzir frustração. Entendemos ser importante ter isso em mente. Em sétimo, é bastante duvidoso que a maior parte de nossas escolas (na parte que lhes toca, pois elas são apenas uma fração, ainda que importante, do conjunto do processo educacional) esteja preparando seus alunos para o exercício consciente da cidadania. Este preparo se exerce, na escola, através do diálogo, da discussão de temas mais abrangentes. Ora, neste aspecto particular, a própria sociedade inclusiva pouco tem estimulado professores e alunos. De modo geral, problemas significativos são deixados de lado não só porque, em conseqüência das deficiências e debilidades apontadas, os professores por eles não se interessam ou não têm formação para

discuti-los, como também porque o aluno, socializado num meio social restritivo, sofre seu impacto negativo, pois, nele, tais temas não são ventilados, donde seu desinteresse.

6. Excessiva valorização da educação formal

Merece uma discussão à parte o modo como a maioria da população vê a educação sistemática. Predomina aqui uma visão utópica e insatisfatória: a do mito de que a educação formal constitui o canal de ascensão social e econômica por excelência em nossa sociedade, revelando um evidente divórcio entre crença e realidade. Não há dúvida de que ela pode representar esse papel, individualmente. Contudo, um ensino que realmente forneça, aumente e aperfeiçoe conhecimentos, técnicas e habilidades para que o educando deles se aproveite, numa ordem socioeconômica dinâmica e competitiva supõe, por sua vez, um ambiente social, cultural e econômico que apenas uma porção minoritária e privilegiada da população dispõe, infelizmente.

A grande massa dos educandos e suas famílias tende a encarar a educação formal pelo seu aspecto exterior: a conquista de um título, pouco se preocupando com os esforços que tal conquista normalmente deveria implicar. Encarando-a sob esse aspecto, o que essa massa deseja é uma espécie de aprovação quase automática, que não exija maiores esforços para a obtenção do título almejado que, com muita freqüência, não o habilita a exercer com honradez e remuneração condigna qualquer profissão, nem lhe dá o prestígio com o qual o educando e sua família contavam. A conseqüência visível desse modo de encarar a educação está em que os níveis de aspiração educacional são baixos, o que faz com que o sistema educacional pouco possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade e economia avançadas. Ficamos num círculo vicioso em que a passividade do meio social, de um lado, e da escola, de outro, produzem, ao reagirem mutuamente, um resultado nulo, ou quase. A excessiva importância dada pelas camadas médias sobretudo (em suas múltiplas acepções) à educação formal, tomando o acessório pela essência, constitui uma inversão de valores que não é de nossos dias. Radica numa visão do mundo

vigente em amplos setores das camadas dominantes de antanho, para as quais as portas do sucesso se abriam mais facilmente quando se dispunha de um diploma, ainda que ele constituísse um corolário de sua situação. As camadas mais baixas tomaram a nuvem por Juno, vendo a posse do diploma como causa da posição privilegiada de seu detentor e não o inverso, isto é, o diploma constituindo, simplesmente, uma decorrência, a manifestação daquela posição em termos societários.

7. Deficiências resultantes

A ânsia da conquista de títulos tem levado, entre nós, a uma excessiva comercialização do ensino superior, em que os níveis de certos tipos de faculdade tendem a ser rebaixados ao mínimo. O resultado é um ensino, em grande parte, improdutivo e ineficiente sob quase todos os aspectos. Seu crescimento quantitativo não é um sintoma de higidez, uma vez que o ensino ministrado é um simulacro. Não há que negar que uma seletividade mais rigorosa e o resguardo de certo padrão de organização do ensino poderiam garantir mínimos mais elevados. Contudo, nessa seletividade mais intensa, interferem, mais acentuadamente, os fatores econômicos que se pretenderia evitar.

Dessa atração pela conquista de um título superior, como se referiu, resultou um desenvolvimento quantitativo e diversificado de escolas improvisadas, em sua maioria. Só uma diferenciação planejada é positiva; da forma como se efetuou, dispersou esforços e subaproveitou recursos, principalmente do próprio alunado, recursos e esforços estes que melhor poderiam ter sido empregados em outras áreas. O subaproveitamento dos formados em tais escolas constitui-se numa fonte bastante perceptível, atualmente, de tensões sociais e individuais. Desse ponto de vista, o possível fator construtivo representado pela expansão do ensino superior é grandemente esmaecido. Isto nos leva a citar mais uma vez o Prof. Florestan Fernandes que, em seu balanço, constatava que nosso ensino superior "é antes de tudo um símbolo civilizatório, que oferece uma medida visível de nossa capacidade coletiva de conhecer e participar das 'conquistas' do progresso, que um fator cons-

trutivo de utilização criadora de recursos educacionais e de energias intelectuais. Isso explica a notável ausência de realismo, de espírito prático e de intuitos mais altos, que transparecem das referidas instituições, as quais nos colocam em face de algo chocante: um custoso aparato de ensino superior, flagrantemente divorciado das necessidades educacionais do meio social e das funções culturais que nele deveria desempenhar". [2]

O tornar-se economicamente ativo está exigindo hoje, em alguns casos, 1/3 da vida do ser humano. Se depois de tantos anos de escolaridade o mercado de trabalho efetivo (não o potencial) se encontra saturado, estamos diante de um evidente desperdício de recursos sociais, a maior parte decorrente de salários (ou outro tipo de remuneração) não recebidos pelo próprio educando, o que significa um ônus para sua própria família. Esse maior número de anos de escolarização não necessariamente corresponde às exigências da sociedade e da economia brasileiras, e sim, em boa parte, um modo de manter as pessoas afastadas do mercado de trabalho. No entanto, como já salientamos, o problema não se resolve, sendo apenas adiado: do excedente interno se passa para o excedente no mercado de trabalho formado por profissões que exijam formação superior. Desequilibra-se a demanda e a oferta nesse nível, ampliando-se em demasia esta última, enquanto sucede o inverso no nível médio, em que há oferta insuficiente de trabalho qualificado, gerando distorções sociais e individuais sem maior sentido.

As deficiências desse padrão e dessa organização de ensino são notórias: excesso de formandos de baixo nível em cursos superiores, com escassas possibilidades de emprego construtivo (social, econômica e individualmente) das habilidades e conhecimentos adquiridos; grave deficiência de mão-de-obra qualificada de nível médio; crise de auto-realização e conseqüentes tensões; baixo nível do ensino em geral e incapacidade, portanto, de tornar o sistema educacional o fator social construtivo que poderia ser em outras condições e situação.

[2] Id. ib. p. 33.

8. Conclusões

Em face das colocações até aqui feitas, uma de nossas conclusões é de que o principal aspecto, num processo de democratização, de melhoria de qualidade e de efetividade econômica do sistema educacional, reside na diminuição de fatores extra-educacionais no recrutamento e promoção no ensino de segundo e terceiro graus, e não propriamente na eliminação de seu caráter seletivo, desde que baseado em fatores educacionais. Em todas as partes, quaisquer que sejam os sistemas econômicos, o ensino, nesses graus, é seletivo, mais, talvez, nos países socialistas do que nos capitalistas, já que naqueles o desperdício social e econômico é menos tolerado. De fato, constitui uma perda de recursos materiais e humanos atender a uma clientela incapaz de acompanhar esses cursos com o aproveitamento desejável. A meta da democratização do ensino seria tornar as oportunidades educacionais independentes de outros fatores que não os educacionais. Infelizmente, num sistema que, por sua própria natureza, os homens são desiguais por fatores extrínsecos, torna-se muito difícil, ou até mesmo impraticável, estabelecer um sistema seletivo evitando a influência destes últimos fatores, já que estão intimamente relacionados com o nível educacional possível de ser alcançado pelos discentes.

Ainda que os homens sejam, no entanto, desiguais em suas capacidades, talentos e vocações, o ensino aristocrático e elitizante é especialmente aquele que permite quase que apenas aos filhos de pais de renda alta e média alta prosseguirem em seus estudos. O ideal da democratização é a igualdade de oportunidades, reduzindo-se ao máximo a correlação mencionada entre riqueza e ambiente sociocultural mais sofisticado. É fundamental, para isso, que a educação no primeiro grau seja universal e que, nos seguintes, os estudantes . que tenham demonstrado aptidão intelectual e vocacional, através de critérios rigorosos de seleção, não sejam desestimulados ou mesmo impedidos de cursá-los por motivos sobretudo de ordem econômica. Ora, sabemos todos que alunos com condições para prosseguir estudos mais avançados não podem fazê-lo por motivos dessa ordem. Assim sendo, em nosso entender, um plano de democratização do ensino deveria, antes, concentrar recursos na concessão de bolsas de estudo aos alunos carentes,

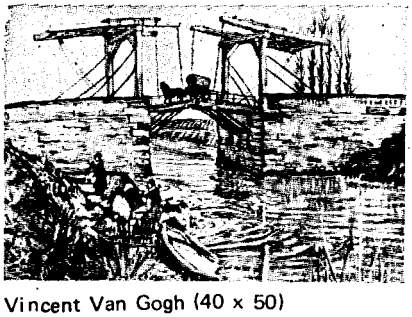
mas capazes, assim considerados, repetimos, por critérios claros, definidos e que meçam realmente a capacidade global do candidato, do que dispersar recursos por escolas de baixo nível, que atendam a um grande número, mas com qualidade discutível.

É possível que numa economia de mercado como a nossa, o rebaixamento do nível de remuneração, já notório na maior parte das profissões superiores, em virtude de uma excessiva oferta de força de trabalho, acabe afetando, socialmente falando, o prestígio das mesmas. Concretamente, a realidade é esta, não importando que do ponto de vista social o ideal consista num mercado potencial ainda muito amplo. Visto, então, o mercado para profissionais de nível superior estar virtualmente saturado, deparamo-nos com outro tipo de desperdício, além dos mencionados, qual seja, a frustração de tais profissionais. Isto não significa que todos que não consigam exercer a profissão indicada no título conquistado se frustrem, evidentemente. Uma percentagem elevada dos que freqüentam cursos superiores de baixo nível não está preocupada com isso, mas com o prestígio do diploma ou a possibilidade de ascender através de concursos de títulos nas carreiras que já segue. Mesmo, no entanto, estas possibilidades de prestígio ou de ascensão dependerão cada vez mais da relação entre possuidores e não-possuidores de títulos. Desde que a proporção de diplomados se torne elevada, dadas as facilidades para a obtenção desses títulos, a tendência será no sentido de queda de prestígio, de remuneração e de mérito maior atribuído ao diploma.

É também de se supor que uma ocorrência desse tipo faça com que os pais exerçam menos pressão sobre seus filhos para que freqüentem um curso superior e boa parte dos próprios educandos acabe por optar por uma qualificação mais rápida para o mercado de trabalho. Conseqüentemente, poder-se-ia esperar, em tal caso, que um maior número dos que prefiram freqüentar cursos universitários tenha autêntica vocação para a profissão e o ramo de conhecimentos escolhidos. Estas possibilidades, no entanto, são algo remotas, se considerarmos o que ocorreu com o sistema educacional de países tidos como possuindo um padrão civilizatório superior ao nosso. Sendo assim, dificilmente poder-se-á elevar, com alguma presteza, o nível de ensino, o que torna conveniente que a sociedade tenha meios de se defender dos maus profissionais

diplomados por escolas superiores improvisadas. Talvez um desses meios seja o exame de Estado ou de ordem, só se permitindo o exercício da profissão, mormente nos casos em que erros devidos à incompetência tenham efeitos negativos de vulto sobre o indivíduo, a sociedade e a economia, àqueles que fossem considerados aptos. De qualquer forma, para alterar o estado de coisas exposto, faz-se grandemente necessário ressocializar a população interessada, especialmente por meio de um processo de mudança sociocultural planejada, em que se procure distinguir entre posse de títulos e graus e os conhecimentos que lhes vão unidos, esclarecendo que só estes, realmente, proporcionam prestígio e remuneração condignos e que, mesmo nestes casos, nem sempre; que, às vezes, é preferível, para o futuro do educando e sua família, optar por uma sólida formação de nível médio, qualificando-se para o trabalho, recebendo remuneração mais elevada e auto-realizando-se mais plenamente; desmitificando a noção de que a educação sistemática é o principal meio de ascensão socioeconômica em nosso meio etc.

MARQUE UM ENCONTRO COM VAN GOGH



Vincent Van Gogh (40 x 50)

Os mais belos quadros dos grandes mestres estão agora ao seu alcance.
Reproduções sobre tela, importadas da Itália, que não devem nada aos originais (a não ser no preço) para valorizar o seu ambiente.
A escolha é sua.

Livrarias da Fundação Getulio Vargas

RIO – S. PAULO
BRASÍLIA